

EDITORIAL

O ano de 2007 tem um significado especial para a nossa Associação.

Foi em Agosto de 1977 que, por iniciativa de várias pessoas interessadas na problemática dos recursos hídricos, nasceu a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, graças à visão dos seus fundadores sobre a relevância que poderia ter um fórum de discussão aberto à comunidade técnica e científica do sector da água e à sociedade civil de uma forma geral.

Passados 30 anos, é reconhecido o papel significativo, e em muitos aspectos essencial, desempenhado pela APRH para a modernização das políticas e das abordagens institucionais relacionadas com a água.

É, pois, de elemental justiça que neste primeiro número de 2007 seja transmitida uma palavra de muito apreço e de agradecimento aos fundadores, aos membros dos corpos sociais e ao largo número de associados e amigos da APRH, cujo empenho, ao longo dos anos, foi decisivo para o prestígio granjeado pela Associação, sendo também grato sublinhar a preciosa contribuição do LNEC que, além de acolher as instalações da APRH desde a primeira hora, tem demonstrado uma permanente e cordial disponibilidade no apoio às iniciativas da Associação.

Depois do excelente trabalho que o livro comemorativo dos 25 anos constituiu, enquanto retrospectiva da acção e repositório organizado da memória da APRH, considerou-se agora oportuno lançar um olhar sobre o futuro.

Nesta perspectiva, no âmbito das iniciativas do 30.º aniversário da APRH, e sem prejuízo da importância que será atribuída à realização das restantes actividades a desenvolver, encontra-se em preparação a edição de um livro comemorativo que será constituído por um conjunto de artigos de opinião, elaborados por diferentes autores, susceptíveis de, numa perspectiva de futuro, contribuir para uma visão dos desafios que se colocam à gestão da água.

Para além da actividade regular da Associação, terá também lugar em 2007 uma iniciativa inédita por parte da APRH, que consistirá na edição de um livro de homenagem ao Professor António de Carvalho Quintela, figura notável da engenharia nacional que conjugou, de forma exemplar, as actividades de professor, investigador e engenheiro nas áreas da Hidráulica e dos Recursos Hídricos, e cuja personalidade marcou grande parte dos profissionais que intervêm nestas áreas.

Convictos de que continuaremos a contar com a participação de todos os Associados, na proporção do entusiasmo com que procuramos cumprir as responsabilidades que nos foram confiadas, desejamos a todos, em nome da APRH, um Feliz Ano de 2007.

José Vieira da Costa

Presidente da Comissão Directiva

O DESTAQUE DO MÊS

A Estratégia para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013

Em finais de 2005 foi anunciada pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR) a decisão de desenvolver uma nova estratégia para o sector dos serviços hídricos para o período 2007-2013, que tomou forma no PEAASAR II. Esta decisão terá surgido fundamentalmente pela necessidade de fixar novas orientações para o sector que dêem resposta aos desafios que se irão colocar nos próximos anos e de estruturar o próximo pacote de fundos comunitários - Quadro de Referência Estratégico Nacional.

As últimas notícias divulgadas pelo MAOTDR apontam para que o PEAASAR II venha a ser aprovado no início de Janeiro, sendo portanto previsível que a sua implementação se inicie de imediato, pelo que consideramos oportuno reflectir um pouco sobre os caminhos que se desenham nesta nova Estratégia.

Se tivéssemos que destacar, numa palavra, o que de mais marcante aconteceu durante a implementação do PEAASAR 2000-2006, escolheríamos, sem dúvida, a palavra EMPRESARIALIZAÇÃO. De facto, assistimos neste período à criação e ao desenvolvimento de um grande número de empresas gestoras dos serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, principalmente no domínio dos sistemas multimunicipais.

Da mesma forma, se tivéssemos que destacar, numa palavra, a essência do PEAASAR II, esta seria SUSTENTABILIDADE. Depois de um ciclo onde se deram grandes passos no sentido da empresarialização do sector (componente em "alta"), é anunciado um particular enfoque à implementação de políticas que assegurem a sua sustentabilidade a médio e longo prazo, privilegiando-se o caminho das soluções empresariais e da integração territorial para os sistemas municipais.

Os aspectos mais marcantes desta nova Estratégia, que procuram assegurar a sustentabilidade dos serviços, em geral, e a sustentabilidade das entidades gestoras, em particular, são: (i) a continuidade do serviço (articulação entre a vertente em alta e a vertente em baixa), (ii) os preços e a cobrabilidade dos serviços (sustentabilidade económica e financeira) e (iii) a solidariedade regional e nacional (universalidade).

Na concretização do PEAASAR II, a acção de cada um dos intervenientes no sector será decisiva. No entanto, a adesão e o empenho dos municípios serão os principais factores de sucesso. O enfoque dado neste Plano às questões relacionadas com os sistemas municipais, quer ao nível da execução de investimentos, quer ao nível dos modelos de gestão através da integração regional, quer ainda ao nível das políticas tarifárias, coloca os municípios num papel chave para o sucesso da Estratégia e atribui um novo significado ao conceito das parcerias. Parcerias entre empresas públicas, autarquias e o sector privado estão em relevo no novo modelo de gestão que se preconiza no PEAASAR II.

Em conclusão, diríamos que a complexidade dos desafios que se colocam nos próximos anos é bastante maior do que há 7 anos. Para os ultrapassar vão ser necessárias novas abordagens que potenciem o que de melhor tem cada um dos intervenientes no sector. E no final, para que todos nós possamos dizer que pagamos mais, mas temos melhores serviços.



Balço das Actividades do Conselho Nacional da Água em 2006

Como órgão de consulta do Governo português no domínio do planeamento e da gestão da água, o Conselho Nacional da Água (CNA) constitui uma entidade pública independente em que participam os organismos da Administração e as organizações da Sociedade Civil mais representativas dos distintos usos da água. Numa visão transversal da gestão da água e dos meios hídricos, o Conselho vem-se assumindo desde 1994, ano em que foi criado, como um fórum de discussão da política de gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos nacionais, numa perspectiva de integração dos interesses sociais, económicos e ambientais envolvidos.

O CNA é actualmente formado por 15 representantes da Administração Central, 15 representantes da Administração Regional e Local, 18 representantes de associações e demais organizações científicas, económicas, profissionais e não governamentais com intervenção relevante na utilização e protecção da água e um máximo de 16 vogais convidados pelo seu reconhecido mérito no mesmo domínio.

No âmbito das competências que lhes estão atribuídas por lei, e para além do funcionamento em modo restrito para a realização dos trabalhos preparatórios e complementares da sua actividade, designadamente através da acção dos grupos de trabalho a quem coube fundamentar as suas recomendações e pareceres, o CNA reuniu por três vezes em sessão plenária no exercício de 2006, para discutir e pronunciar-se sobre os assuntos seguidamente mencionados.

■ 29.ª Reunião, em 10 de Março: A articulação da Gestão da Água com o Ordenamento do Território - Apresentação; A actualização do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2103) - Apresentação; Relatório e Programa de Actividades do CNA relativos a 2005/2006.

■ 30.ª Reunião, em 23 de Junho: Decretos-Leis sobre o Regime de Utilização dos Recursos Hídricos e o correspondente Regime Económico-Financeiro - Situação actual; Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013) - Parecer.

■ 31.ª Reunião, em 6 de Dezembro: Potencial hidroeléctrico nacional - Situação actual e perspectivas da sua futura utilização; Articulação entre a gestão da água e o ordenamento do território - Parecer.

No âmbito de tais reuniões foram produzidos alguns documentos de maior significado, a que podem aceder os membros da APRH que os pretendam consultar (conselho.agua@sg.maotdr.gov.pt), nomeadamente o próprio PEAASAR 2007-2013, a sua Apreciação no âmbito do Conselho (n.º 01/CNA/2006), um texto sobre o Potencial hidroeléctrico nacional e a importância sócio-económica e ambiental do seu desenvolvimento e, por fim, a Apreciação n.º 02/CNA/2006, relativa à articulação entre Gestão da Água e o Ordenamento do Território.

A APRH, vogal nato do Conselho desde a sua constituição, enquanto "organização não governamental na área do ambiente e dos recursos naturais", fez-se representar naquele período pelos seus presidentes Dr.ª Teresa Leitão Lobo Ferreira e Eng.º José Vieira da Costa e pela vice presidente Eng.ª Alexandra Serra.

António Eira Leitão

Secretário Geral do Conselho Nacional da Água

Barragem de Odelouca

O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia, anunciou a assinatura do contrato para o reinício das obras da barragem de Odelouca, estimando-se que as obras estejam concluídas dentro de três anos. "Dentro de dois a três anos, o Algarve poderá contar com essa fonte adicional de abastecimento", afirmou Nunes Correia.

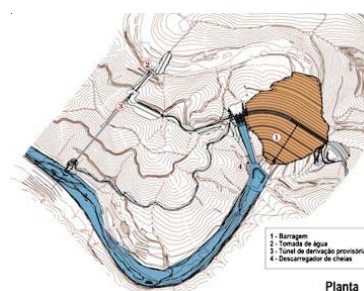
Relembre-se que os trabalhos de construção da barragem estão parados desde 2003, na sequência de uma queixa apresentada em Bruxelas pela Liga para a Protecção da Natureza, que alegou a destruição de habitats e violação de directivas comunitárias. A Comissão Europeia decidiu arquivar o processo contencioso relativo à construção da barragem em Sítio da Rede Natura 2000 porque o Estado português apresentou as necessárias medidas de compensação pela construção desta infra-estrutura.

A Barragem de Odelouca e o Túnel Odelouca-Funcho integram o conjunto de obras do Aproveitamento Hidráulico Odelouca-Funcho (Barragem de Odelouca e Túnel Odelouca-Funcho em construção; Barragem do Funcho e Adutor Funcho-Alcantarilha em funcionamento), cujo objectivo será o fornecimento de água ao Barlavento Algarvio.

A Barragem, localizada entre Monchique e Silves, tem uma capacidade de 157 hm³, 76 m de altura máxima e 420 m de desenvolvimento no coroamento, envolvendo um volume de terras de cerca de dois milhões de m³.

O Estado já investiu 71 milhões de euros na construção das infra-estruturas (39 milhões na barragem e 32 milhões no túnel Odelouca-Funcho), faltando ainda investir cerca de 70 milhões de euros. O ministro do Ambiente garantiu, no entanto, que se a construção da Barragem de Odelouca avançar não será preciso aumentar as tarifas da água e que a obra poderá ser financiada por fundos comunitários.

Mais informações em http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/obras/odelouca/Odelouca.html.



Esquema, Planta e Fotografia da futura Barragem de Odelouca. Elementos cedidos pelo INAG.



Programa de acção litoral 2007-2013 para a gestão integrada das zonas costeiras

Foi apresentado pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, no dia 20 de Dezembro nas instalações do INAG, o Programa de Acção para o Litoral a vigorar entre 2007 e 2013. A extensa costa entre Caminha e V.R.S.to António, com cerca de 980 Km e 350 zonas balneares designadas, a grande diversidade natural, a grande pressão antropogénica, os extensos troços sujeitos a erosão intensa e a grande fragmentação da gestão por diferentes entidades e diplomas legais foram alguns dos problemas identificados que tornam urgente a definição de uma estratégia que permita uma gestão efectiva e que justifiquem, num período de grande contenção orçamental, a disponibilização de verbas significativas para implementar as medidas necessárias para a sua protecção.

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) desenvolvidos de acordo com o disposto no Decreto-Lei 309/93, de 2 de Setembro, foram o primeiro exercício de planeamento global da orla costeira que promoveu a colaboração entre diversas entidades, com o primeiro plano aprovado em 1998 (Cidadela-S. Julião da Barra/Cascais) e o último (Vilamoura-V.R.S.to António) em 2005. Muitos destes Planos estão já em fase de revisão, que passará pela alteração do Decreto-Lei 309/93 adequando-o às exigências da Lei da Água. Do balanço de execução dos POOC apresentado foi referido que dos 420.9 milhões de euros previstos apenas foram investidos cerca de 24 %, ou seja, 99.8 milhões de euros. No entanto, muitos foram os pontos fortes identificados: Contenção do crescimento urbano em especial em zonas sensíveis e de risco; Requalificação de praias, com melhoria da qualidade dos apoios de praia, acessos e estacionamento, bem como incremento da segurança balnear; Restabelecimento e requalificação de ecossistemas costeiros (cordão dunar, arribas, etc.) e ordenamento e contenção do acesso ao litoral; Identificação das necessidades de intervenção de defesa costeira em zonas críticas e instáveis; Planeamento de intervenções, com sistematização e incremento da monitorização e investigação nas áreas costeiras; Maior atenção, por parte de todos, para a problemática das zonas costeiras. Como pontos fracos: Área terrestre de protecção (500 m) insuficiente; Exclusão de áreas portuárias criando descontinuidades no planeamento e gestão; Ausência de visão abrangente e integrada em termos territoriais, temporais e de políticas dos diversos sectores; Ausência de convergência financeira para execução de acções de responsabilidade partilhadas entre entidades; Dificuldades de envolvimento de entidades exteriores ao MAOTDR.

CrITÉRIOS para priorização de intervenções para cada uma das grandes prioridades identificadas

| Defesa costeira e zonas de risco | Planos de intervenção e requalificação urbana | Estudos, gestão e monitorização |
|--|---|---|
| Segurança de pessoas e bens. | Planos abrangendo zonas de risco (avanço do mar, instabilidade de arribas...) | Implementação do sistema nacional de informação e monitorização das zonas costeiras. |
| Manutenção/reabilitação de obras de defesa costeira. | Requalificação de áreas urbanas degradadas, em DPM, associadas à utilização de praias ou a actividades produtivas de reconhecimento interesse regional. | Delimitação do Domínio Público Marítimo (DPM). |
| Outras com o objectivo de reduzir o risco associado a áreas urbanas. | Requalificação de áreas naturais degradadas. | Definição do Modelo de Gestão do Litoral Promoção de estudos de reabilitação de lagoas e do cordões dunares. |

Operacional para cada POOC. A missão definida para o Grupo Estratégico passa por promover a coordenação e monitorização da implantação dos planos e actividades dos coordenadores operacionais dos POOC, enquanto que o Coordenador Operacional deverá centralizar a informação relativa à execução do POOC e assegurar a articulação entre os interlocutores das diversas entidades envolvidas. Identificaram-se como acções prioritárias: Análise dos documentos técnicos e do normativo legal em vigor; Análise pericial dos coordenadores operacionais; Análise da informação existente. Como grandes prioridades: Defesa costeira e zonas de risco; Planos de intervenção e requalificação urbana; Estudos, gestão e monitorização.

Foram apresentados para cada área de intervenção dos 9 POOC as acções prioritárias bem como as entidades responsáveis pela sua execução. De forma detalhada estão já definidas as acções e os investimentos para 2007, da ordem dos 20.531 milhões de euros, sendo que 9.883 sairão do orçamento do Estado e os restantes de Fundos Comunitários.

Maria Felisbina Quadrado



A directiva sobre a protecção das águas subterrâneas aprovada pelo Parlamento

A directiva sobre a protecção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração foi aprovada no Parlamento Europeu no passado dia 12 de Dezembro.

De acordo com as novas regras, os Estados-membros são obrigados a adoptar todas as medidas necessárias para proteger este recurso natural, do qual é extraída grande parte da água potável. Os Estados-membros têm dois anos para transpor esta directiva para a legislação nacional.

Uma das principais preocupações do Parlamento foi incluir, nos objectivos da directiva, a protecção das águas subterrâneas não são contra a poluição mas também contra a "deterioração".

Foi também incluído no texto o princípio da precaução, tendo em vista impedir a deterioração no caso de descargas indirectas. As obrigações dos Estados-membros em matéria de prevenção ou limitação da introdução de substâncias perigosas nas águas subterrâneas foram igualmente reforçadas.

Mais informações em http://www.europarl.europa.eu/news/expert/infopress_page/064-1356-345-12-50-911-20061207IPR01146-11-12-2006-2006-false/default_pt.htm.



Modelos de Gestão nos serviços de Abastecimento de Água e Saneamento

A 20 de Dezembro decorreu a sessão técnica, organizada pela APRH, dedicada aos “Modelos de Gestão nos serviços de Abastecimento de Água e Saneamento”. A moderadora do debate, Rafaela Matos, do LNEC, começou por salientar a relevância e a oportunidade do tema no contexto actual, dado que se espera que o PEASAR 2017-2013 seja aprovado até ao final deste ano. Para esta oradora, o Plano assenta em três pilares: na continuidade e acessibilidade dos serviços, na sustentabilidade dos operadores e ainda na protecção ambiental, denotando-se a intenção de melhorar os modelos existentes, de inovar e de incluir novos modelos. Por último felicitou o painel escolhido por este ser representativo dos diferentes *players* do sector.

Arnaldo Pego, da Águas de Portugal (AdP), iniciou a sua apresentação fazendo um balanço ao PEASAR I: no que concerne à “alta”, houve um esforço de integração e um desvio significativo dos investimentos face ao previsto; já no que se refere à “baixa”, a situação inverteu-se pois os investimentos realizados foram muito inferiores aos previstos. Destacou ainda o desfasamento entre o nível de cobertura actual e o potencial e o facto de as tarifas serem, de um modo geral, insustentáveis, não reguladas, não uniformes e alheias aos custos de escassez. Como diagnóstico geral salientou alguns pontos positivos, como a tendência para a integração e o aumento das taxas de atendimento, e negativos, como a ausência de articulação e a falta de intervenção do regulador. Com base neste diagnóstico, os enfoques do PEASAR II serão: a política tarifária e os investimentos em “baixa” e respectivos modelos. Para este orador os desafios que se colocam serão, então, a articulação entre a “alta” e a “baixa”, a adequação do sistema tarifário, o alargamento dos sistemas e o cumprimento da legislação ambiental.

Jocelyn Goulert, da *Veolia Eau*, começou por apresentar a empresa, a nível mundial e nacional. O balanço que realiza da presença em Portugal, que se tem centrado na gestão de contratos de concessão, tem, naturalmente, os seus pontos fortes, como a capacidade de ganhar o primeiro contrato de concessão, a melhoria do desempenho nos sistemas geridos por esta empresa (diminuição das perdas, melhoria da qualidade dos serviços prestados, etc.) e a vontade de continuar a investir em Portugal. Como pontos fracos destacou que se esperavam maiores desenvolvimentos a nível municipal e a ausência de uma política pública clara para o sector. Quanto ao futuro e no que respeita ao seu instrumentos estratégico, para este orador o PEASAR possui três vertentes: o reforço do papel do grupo AdP, a abertura do sector para uma maior intervenção privada e a necessidade do reforço do IRAR enquanto regulador, concluindo que se trata de um documento interessante. Na óptica da *Veolia Eau*, interessa particularmente a gestão e operação dos sistemas, pelo que as condições de sucesso passarão pela alteração do tempo de duração das concessões, pelo estabelecimento de indicadores de desempenho e pela definição de mecanismos que permitam ao consumidor beneficiar de modo transparente das melhorias do sistema.

Para Macário Correia, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, o sector do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais está confuso e, apesar dos vários estudos elaborados, não possui um fio condutor, referindo ainda que o PEASAR II é, no essencial, um documento de diagnóstico que não permite aos privados intervir porque não estão definidas as regras do jogo. No que concerne à definição de estratégias salientou a atribuição de poucas verbas para algumas regiões de Portugal, lembrando que os níveis de atendimento podem não estar a reflectir a realidade. Como notas finais destacou: que a articulação entre a “alta” e a “baixa” definida no PEASAR é interessante do ponto de vista conceptual mas falta saber como se concretizará; que os tarifários praticados são muito inferiores aos custos, existindo uma elevada assimetria nos preços praticados; e que as perdas provocam a diminuição do volume faturado. Para Macário Correia o futuro do sector deverá centrar-se na diminuição das perdas, na regulamentação dos tarifários e na definição de novos modelos de gestão.



Segundo Veiga Frade, do Banco Europeu de Investimentos (BEI), é necessário esgotar o debate, para se poder começar a decidir e, nesta perspectiva, felicitou a iniciativa da APRH. Este orador começou por contrapor as vantagens e desvantagens do público e do privado, lembrando que a contribuição do sector privado tem sido elevada em campos como a consultoria, a assessoria e a construção, e reduzido na gestão e exploração e no investimento, tendo explicado os motivos para estas situações. Sobre a experiência internacional, dissertou sobre os vários tipos de modelos de gestão que o BEI financia, como os estatais, os privados, as concessões, os contratos de gestão e os BOT, dando exemplos e apresentando as principais características de cada um, e concluindo pela existência de casos de sucesso e de insucesso em todos os tipos. A situação em Portugal pode ser caracterizada pela presença de pequenas entidades gestoras, pela integração da “alta” e pela fragmentação da “baixa”, pela realização de elevados investimentos em “alta” que tenderão a diminuir, pelos reduzidos investimentos em “baixa”, que tenderão a aumentar. Em jeito

conclusivo destacou que: a situação na “alta” não é igual à “baixa”, pelo que não se poderá simplesmente “copiar e colar” os modelos; que na “alta” será necessário manter o investimento e criar capacidade de investimentos na “baixa”.



Seminário sobre Águas Subterrâneas organizado pela APRH

A seca que assolou o nosso País em 2004/2005 provocou uma maior procura de água subterrânea para consumo humano e outras valências, nomeadamente para a agricultura e para a indústria, e trouxe novamente para a ordem do dia a importância que as águas subterrâneas devem desempenhar no planeamento e gestão dos recursos hídricos nacionais. Por outro lado, a obrigatoriedade de Portugal em cumprir várias directivas comunitárias para a protecção das águas subterrâneas exige cada vez mais um conhecimento técnico-científico aprofundado na área da Hidrogeologia.

A directiva-filha sobre águas subterrâneas, publicada este mês, e as alterações do acesso à actividade de pesquisa e captação de água subterrânea, enquadradas no Decreto-Lei n.º 133/2005, são diplomas que vão seguramente alterar, em alguns casos significativamente, a situação da monitorização, protecção e exploração dos recursos hídricos subterrâneos.

Neste contexto, a Comissão Especializada das Águas Subterrâneas da APRH lança um novo Seminário sobre Águas Subterrâneas, com o objectivo de promover um amplo debate sobre o estado do conhecimento e os trabalhos desenvolvidos em Portugal nos últimos anos, nos diferentes aspectos das águas subterrâneas. Aceitam-se comunicações no âmbito da hidrogeologia, sendo a data limite de entrega 31 de Janeiro de 2007.

O Seminário decorrerá nos dias 1 e 2 de Março de 2007, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa. Dirige-se não apenas a técnicos e estudantes da área da Hidrogeologia, mas também a todos os que trabalham e se interessam pelos recursos hídricos. Mais informações e ficha de inscrição em www.aprh.pt.



Conflitualidades nas zonas costeiras

Realizar-se-á nos dias 23 e 24 de Março, no Algarve, o seminário "Conflitualidades nas Zonas Costeiras", organizado pela APRH.

O primeiro dia será preenchido por duas sessões em formato de mesa redonda, com cinco a seis apresentações de cerca de 10 a 15 minutos cada, seguidas de debate, sobre os seguintes temas: Riscos Costeiros e Ordenamento do Território; Legislação e Gestão; Concordâncias e Dissonâncias.

A sessão de abertura decorrerá pelas 9h30m, seguindo-se a primeira mesa redonda a partir das 10h00m. A segunda mesa redonda decorrerá à tarde, com início às 14h30m.

A manhã do segundo dia será preenchida com uma visita técnica, ainda em preparação.

Em Dezembro:

20/12/2006: Alterações Climáticas - a Comissão Europeia propõe integrar o transporte aéreo no regime comunitário de comércio de direitos de emissão.

13/12/2006: REACH - A Comissão Europeia convida a votação do Parlamento sobre a nova regulamentação comunitária sobre produtos químicos.

12/12/2006: A Comissão Europeia intenta uma acção no Tribunal de Justiça contra Portugal, Finlândia e Suécia relativamente ao tratamento de águas residuais.

12/12/2006: A Comissão Europeia intenta acções contra sete Estados-membros, incluindo Portugal, no que diz respeito à Directiva relativa aos aterros.

12/12/2006: A Comissão Europeia promove acções judiciais contra alguns Estados-membros pela ausência de planos de atribuição de títulos de emissão e por relatórios de emissão incompletos.

Em Novembro:

29/11/2006: Comércio de Títulos de Emissões - a Comissão Europeia decide sobre o primeiro conjunto de planos de atribuição de títulos para o período de 2008-2012.

22/11/2006: A Comissão Europeia convida ao entendimento sobre o sistema INSPIRE.

20/11/2006: A União Europeia felicita os sólidos resultados da Conferência Mundial sobre o Clima, que ocorreu em Nairobi.

16/11/2006: 5.000 sítios estão actualmente registados no Programa de Auditoria da Gestão Ambiental da União Europeia.

13/11/2006: A Comissão Europeia estabelece uma agenda para rever o Programa de Comércio de Títulos de Emissões da União Europeia a partir de 2013.

06/11/2006: A Comissão Europeia procura progresso na conferência ministerial das Nações Unidas, ocorrida em Nairobi.

27/10/2006: Os Estados-membros necessitam de intensificar os esforços para atingir os objectivos de emissão fixados no Protocolo de Quioto.

Mais informações em www.europa.eu/rapid/.



| | Tema | Local | Promotor |
|--------------|--|--|---|
| 19 Janeiro | Perspectivas para Reaproveitamento de Águas Residuais e Pluviais | Santa Iria da Azóia | Câmara Municipal de Loures |
| 19 Janeiro | Melhores Técnicas Disponíveis no regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição | Centro de Congressos do Instituto Superior Técnico, Lisboa | Instituto do Ambiente e Instituto Superior Técnico |
| 19 Janeiro | Sustentabilidades e Ruralidades | Évora | Centro de Estudos da Avifauna Ibérica |
| 21 Janeiro | | | |
| 24 Janeiro | Gestão Ambiental na Indústria: Soluções para a Ecoeficiência | Hotel Tivoli Tejo, Lisboa | Jornal Água & Ambiente |
| 25 Janeiro | | | |
| 26 Janeiro | XIV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental | Moscavide, Lisboa | Associação Portuguesa de Educação Ambiental |
| 27 Janeiro | | | |
| 2 Fevereiro | <i>Water Treatment and Re-Use Conference II</i> | Tomar, Portugal | <i>Engineering Conferences International</i> |
| 11 Fevereiro | | | |
| 5 Fevereiro | 5.º Simpósio de Meteorologia e Geofísica e 8.º Encontro Luso-Espanhol de Meteorologia | Atlântico Golfe Hotel, Peniche | Associação Portuguesa de Meteorologia e Geofísica |
| 8 Fevereiro | | | |
| 6 Fevereiro | Curso de Reutilização de Águas Residuais | Hotel Art's Vip Executive, Lisboa | Jornal Água & Ambiente |
| 7 Fevereiro | | | |
| 12 Fevereiro | Perspectivas de Evolução do Mercado de Águas e Resíduos | Universidade da Beira Interior, Covilhã | Ordem dos Engenheiros e Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior |

04 > 08 dez // 06
 UNIVERSIDADE DO ALGARVE
 // FARO

5.º CONGRESSO IBÉRICO
 GESTÃO E PLANEAMENTO DE ÁGUA
 GESTIÓN Y PLANIFICACIÓN DEL AGUA

5.º Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água

Realizou-se entre 4 e 8 de Dezembro, na Universidade do Algarve, o 5.º Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água consagrado ao tema: "Bacias compartilhadas: Bases para a Gestão Sustentável da Água e do Território". Este evento foi organizado pela Fundação para a Nova Cultura da Água, em colaboração com a Universidade do Algarve. Foram co-organizadores do evento a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, as Águas do Algarve e a Agencia Andaluza del Agua.

Esta iniciativa contou com mais de quatrocentos participantes e com cerca de duas centenas de comunicações especializadas, distribuídas pelas seguinte áreas temáticas: Paisagens de água e conservação dos sistemas hídricos; Aspectos institucionais da gestão da água; Participação dos cidadãos e comunicação social sobre a água; A água e a saúde pública; e Inovação e tecnologia.

Tratou-se de um fórum de debate sobre os diferentes aspectos da gestão da água e da sua relação com a gestão do território (paisagens, aspectos institucionais, participação e comunicação social, saúde pública, inovação e tecnologia, desenvolvimento económico). Os debates incidiram sobre a gestão das principais bacias luso-espanholas e sobre a gestão da água nas regiões em vias de desenvolvimento.

A revisão da Convenção de Albufeira sobre os rios transfronteiriços, assinada em 1998 entre Portugal e Espanha, foi um tema do debate da sessão de abertura. A sessão Plenária Final do Congresso, que teve lugar no dia 7 de Dezembro, contou com a presença dos Ministros do Ambiente de Portugal e Espanha, Francisco Nunes Correia e a Cristina Narbona Ruíz.



APRH

EVENTOS E INICIATIVAS
Janeiro / Fevereiro

| | Tema | Local | Promotor |
|------------------------------|---|---------------------------------------|---|
| 1 Janeiro 12 Janeiro | CIWEM World of Difference Award 2007 | | The Chartered Institution of Water and Environmental Management (CIWEM), United Kingdom |
| 17 Janeiro 19 Janeiro | 1 st Meeting of the Parties to the Protocol on Water and Health | Geneva, Switzerland | United Nations Economic Commission for Europe (UNECE); World Health Organization Regional Office for Europe (WHO/Europe) |
| 22 Janeiro 23 Janeiro | 3 rd National Water Resources Policy Dialogue | Arlington, Virginia, United States | American Water Resources Association (AWRA), United States |
| 23 Janeiro 25 Janeiro | 2 nd Congress on Rivers and Wetlands Restoration | Tarragona, Spain | Catalan Water Agency, Spain; New Water Culture Foundation, Spain |
| 27 Janeiro 29 Janeiro | International Symposium on Wetland Restoration 2006 | Otsu Shiga, Japan | Shiga Prefecture Department of Lake Biwa, Japan; Environmental Policy Office; Japan |
| 28 Janeiro 1 Fevereiro | USDA-CSREES National Water Conference 'Research, Extension and Education for Water Quality and Quantity' | Savannah, Georgia, United States | United States Department of Agriculture (USDA) - Cooperative State Research, Education, and Extension Service (CSREES) Water Quality Programme |
| 2 Fevereiro 14 Fevereiro | 'Time to Adapt - Climate Change and the European Water Dimension' Conference | Berlin, Germany | Federal Ministry for Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety, Germany |
| 14 Fevereiro 17 Fevereiro | International Conference 'Water Saving in Mediterranean Agriculture and Future Research Needs' | Valenzano, Italy | International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies - Mediterranean Agronomic Institute of Bari (CIHEAM-IAMB), Italy |
| 18 Fevereiro 23 Fevereiro | 6 th International Symposium on Ecohydraulics | Christchurch, New Zealand | National Institute of Water and Atmospheric Research (NIWA) |
| 19 Fevereiro 20 Fevereiro | International Conference on 'Water Management in the Islamic Countries' | Tehran, Iran | Regional Centre on Urban Water Management - Tehran, Iran; Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization (ISESCO); University of Water and Power, Iran |
| 27 Fevereiro 28 Fevereiro | 4 th Conference on Hydrogeology, Ecology, Monitoring, and Management of Ground Water in Karst Terrains | Safety Harbor, Florida, United States | National Ground Water Association, United States |

EVENTOS NOUTROS PAÍSES



LEGISLAÇÃO NACIONAL

AMBIENTE

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2006, de 15 de Dezembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Enxoé, no município de Serpa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova a Estratégia Nacional para o Mar.
- Resolução da Assembleia da República n.º 66/2006, de 6 de Dezembro, da Assembleia da República, sobre a constituição de uma comissão eventual para a política energética.
- Resolução da Assembleia da República n.º 63/2006, de 6 de Dezembro, da Assembleia da República, que aprova o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Grupo Internacional de Estudos do Cobre, o Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco e o Grupo Internacional de Estudos do Níquel, assinado em Lisboa em 17 de Novembro de 2005.
- Decreto Regulamentar n.º 21/2006, de 27 de Dezembro, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que altera a área geográfica do Parque Natural do Tejo Internacional tal como definida no Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto.
- Portaria n.º 32/2007, de 8 de Janeiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o regulamento interno da Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos.
- Portaria n.º 31/2007, de 8 de Janeiro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que determina o pagamento da taxa de acesso à Reserva Biogenética da Mata de Albergaria, no Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- Portaria n.º 1408/2006, de 18 de Dezembro, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos.
- Portaria n.º 1407/2006, de 18 de Dezembro, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece as regras respeitantes à liquidação da taxa de gestão de resíduos.
- Portaria n.º 1391-A/2006, de 12 de Dezembro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que fixa as regras relativas à concessão de isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos energéticos relativamente aos biocombustíveis.
- Portaria n.º 1390/2006, de 12 de Dezembro, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que suspende a admissão de novas candidaturas às acções da medida AGRIS do QCA III. Revoga a Portaria n.º 459/2006, de 18 de Maio.
- Resolução da Assembleia da República n.º 65/2006, de 6 de Dezembro, que aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Instituto Florestal Europeu, adoptada em Joensuu em 28 de Agosto de 2003.

AGRICULTURA

- Portaria n.º 1413/2006, de 18 de Dezembro, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que altera o Regulamento do Regime de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura, anexo à Portaria n.º 1083/2000, de 9 de Novembro.
- Portaria n.º 1403/2006, de 15 de Dezembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que determina a não admissibilidade de novas candidaturas às ajudas previstas no Regulamento de Aplicação da Intervenção "Florestação de Terras Agrícolas", aprovado pela Portaria n.º 680/2004, de 19 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 159/2005, de 9 de Fevereiro.
- Portaria n.º 1402/2006, de 15 de Dezembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que revoga a Portaria n.º 949/2006, de 11 de Setembro, que determina que as ajudas previstas no Regulamento de Aplicação da Intervenção "Medidas Agro-Ambientais", do Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pela Portaria n.º 1212/2003, de 16 de Outubro, e respectivas alterações, podem ser transferidas para os herdeiros dos beneficiários cujo óbito tenha ocorrido em 2005 ou em 2006.

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

GERAL

- Directiva 2006/117/Euratom do Conselho, de 20 de Novembro, relativa à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos radioactivos e de combustível nuclear irradiado.
- Regulamento (CE) n.º 1737/2006 da Comissão, de 7 de Novembro, que estabelece as regras de execução do Regulamento n.º 2152/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acompanhamento das florestas e das interações ambientais na Comunidade.
- Decisão 2006/797/CE da Comissão, de 22 de Novembro, relativa à não inclusão das substâncias activas sulfamato de amónio, hexaconazol, tetratricarbonato de sódio e 8-hidroxiquinolina no anexo I da Directiva 91/414/CEE do Conselho e à retirada das autorizações dos produtos fitofarmacêuticos que as contenham.
- Decisão 2006/780/CE da Comissão, de 13 de Novembro, relativa à prevenção da dupla contagem das reduções de emissões de gases com efeito de estufa no âmbito do regime comunitário de comércio de emissões no que diz respeito a actividades de projecto ao abrigo do Protocolo de Quioto em aplicação da Directiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.
- Decisão 2006/797/CE da Comissão, de 3 de Novembro, que estabelece os critérios ecológicos revistos e os respectivos requisitos de avaliação e verificação para a atribuição do rótulo ecológico comunitário aos correctivos de solos.



Objectivos da Acção de Coordenação ASEMWaterNet

O objectivo global da Acção de Coordenação ASEMWaterNet do 6.º Programa-Quadro de Investigação da Comissão Europeia é promover a cooperação científica e tecnológica entre a Europa e a Ásia na gestão de recursos hídricos, focando nas cinco áreas temáticas principais identificadas no 1.º *ASEM Workshop on Water Management Issue*, realizado em Changsha, Província de Hunan, na China, de 10 a 13 de Junho de 2002: *River Basin Management, Water use efficiency in agriculture, Floods, Pollution, Governance*. O Workshop foi organizado pelo BRGM (França); *Department of International Cooperation of the Ministry of Science and Technology of the People's Republic of China (MOST)*; *Department of Science and Technology of the Government of Hunan, Province of the People's Republic of China (HNDST)*; e LNEC. Uma descrição dos resultados alcançados no Workshop de Changsha, está disponível no documento da Comissão Europeia intitulado "*Water Management in Asia: How to identify opportunities, set and support priorities, for S&T cooperation*" em <http://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/global.pdf>.

A Acção ASEMWaterNet terá uma duração de 4 anos, iniciou a sua actividade em Setembro de 2005 e inclui 18 parceiros contratuais, sendo 4 do *Core Team*, os *facilitators* ou promotores da Acção: o BRGM (França, coordenador geral da Acção), o LNEC, que coordena as actividades relacionadas com a "Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas - *Workpackage Basin*", o *Hunan Provincial Science and Technology Department*, da China, e *The Institute of Environmental Technology da Vietnamese Academy of Science and Technology*. A Acção conta, para além dos 18 parceiros contratuais, com 14 parceiros subcontratados, onde se inclui, de Portugal, o INETI. São 15 os países envolvidos (França, Portugal, Holanda, Dinamarca, Finlândia, Reino Unido, Alemanha, Áustria, Bélgica e Espanha, da EU, da Ásia a China, o Vietname, a Tailândia, a República da Coreia, Singapura, além da Comissão Europeia, também parceiro ASEM).

Na Acção pretende-se aprofundar as relações entre o conhecimento e a passagem à acção. Focando as cinco grandes áreas identificadas em Changsha, os objectivos da Plataforma são:

- Promover a gestão da água à escala da bacia, procurando transparência e benefícios sustentáveis e equitativos;
- Contribuir para a melhoria da eficiência na agricultura, criando maior riqueza mas mantendo a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos;
- Desenvolver e/ou reforçar abordagens para prevenção de cheias, bem como mitigar os seus efeitos e melhorar a prontidão da resposta;
- Aumentar o conhecimento da poluição de aquíferos e do solo, de modo a formular medidas de prevenção e de reabilitação adequadas;
- Explorar e promover melhores práticas de governância da água dando-se realce às dimensões humanas e institucionais e às medidas participativas.

O Deliverable 1 do Workpackage Basin (First Annual Activity Report of the Sub-Network BASIN), coordenado pelo LNEC, está disponível na página do LNEC <http://www.dha.lnec.pt/nas>.

Para mais informações contactar: João Paulo Lobo Ferreira, Chefe do Núcleo de Águas Subterrâneas do LNEC, Av. do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa, Portugal, Tel: 21 844 3609, Fax: 21 844 3016, Internet: <http://www.dha.lnec.pt/nas>, Email: lferreira@lnec.pt.

João Paulo Lobo Ferreira

2007 - Ano internacional polar

O Conselho Internacional para a Ciência (*International Council for Science, ICSU*), conjuntamente com a Organização Meteorológica Internacional (*World Meteorological Organization, WMO*), declarou o período entre



1 de Março de 2007 e 1 de Março de 2009 como o IV Ano Polar Internacional (API). Realiza-se neste período para que os investigadores possam conduzir dois ciclos de observações anuais em cada região polar.

O primeiro estudo sobre as regiões polares (API 1882-83) decorreu há 125 anos sob os auspícios da WMO, cujos objectivos científicos consistiram em estudar fenómenos geofísicos que obrigavam a um esforço que estava para além das capacidades individuais de qualquer um dos países (doze países juntaram esforços e organizaram 15 expedições). Cinquenta anos volvidos sobre o API 1882-83 comemorava-se o 2.º API, onde 40 países organizaram um conjunto de expedições e campanhas científicas tendo os seus resultados contribuído para grandes avanços nas áreas da meteorologia, magnetismo e das ciências atmosféricas. Em 1950, no ICSU, foi discutida a possibilidade de ser realizado o Terceiro API, mas por sugestão da WMO o conceito de ano polar foi estendido para todo o globo, nascendo, assim, o Ano Geofísico Internacional, que veio a realizar-se de Junho de 1957 a Dezembro de 1958. Passados cinquenta anos sobre este evento decorre o API 2007-08.

O evento visa promover o desenvolvimento da ciência nas regiões polares, mas também mostrar junto da sociedade a importância das regiões polares para a dinâmica e regulação climática do Planeta. Com o objectivo de explorar novas capacidades tecnológicas e logísticas e de conseguir novos avanços no conhecimento destas regiões, a ICSU e a WMO coordenarão as actividades científicas propostas por mais de 40 Organizações governamentais e não governamentais e por cerca de 30 Comitês Nacionais de países que entretanto aderiram a estas comemorações. Recentemente foi pela primeira vez criado o Comité Científico Português para o IV API, que tem como objectivo principal aproveitar este evento para fortalecer e desenvolver a actividade científica nacional nas regiões polares.

Mais informações em <http://www.ipy.org/>, <http://www.us-ipy.gov/>, <http://anopolar.no.sapo.pt/>.

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: APRH, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. **Endereço:** APRH, a/c LNEC, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa. **Telefone:** 21 844 34 28. **Fax:** 21 844 30 17. **Endereço electrónico:** aprh@aprh.pt. **Site:** <http://www.aprh.pt>. **Comissão Redactorial:** Alexandra Cunha Serra e Ana Katila Ribeiro. **Execução Gráfica:** André Cardoso. **Edição Electrónica:** <http://www.aprh.pt>.